

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMIDOURO/RJ- rj.

Pregão Eletrônico 060/2024.

Processo Licitatório nº 2502/2024

VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 31.868.626/0001-48, sediada à Rua Prefeito João Gregório Galindo, nº 1426, Morro do Perez, Angra dos Reis-RJ, CEP: 23.904-450, endereço eletrônico: licitavrm@gmail.com, por intermédio seu representante legal infra-assinado, vem respeitosamente apresentar suas,

RAZÕES RECURSAIS

com fulcro no art.165, I, alínea ‘b’ da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, contra a decisão que classificou a proposta da licitante **REZEILE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**, demonstrando os motivos de seu inconformismo, pelos fatos e mediante as razões fáticas, técnicas e jurídicas a seguir delineadas, requerendo ao final sejam desclassificados.

I. RETROSPECTO FÁTICO.

Trata-se de certame deflagrado pelo município de SUMIDOURO, na modalidade Pregão Eletrônico nº 060/2024, que tem por objeto o Refere-se à “EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VIGAS, PREGOS E PRANCHÕES - SRP”, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Quanto à insatisfação pela decisão do agente de contratação que julgou a proposta do recorrido classificada, tal decisão não se mostra consentânea com as normas legais e princípios constitucionais aplicáveis à espécie, como adiante restará demonstrado.

II. DO DIREITO

No tocante a fase recursal do procedimento licitatório, esta tem como fundamento legal a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que dispõe:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”.

É dessa garantia constitucional que decorrem as diversas formas de provocação da Administração Pública para o exercício do direito de petição, de maneira que as razões instrumentalizam seu exercício junto a esta Administração, visando aclarar os fatos acima elencados, pelas razões a seguir expostas.

2.1- Alteração Substancial da Proposta.

Houve uma modificação significativa na proposta original do licitante vencedor. Isso porque uma troca de marca MTX para FIX envolve mudanças nos preços, prazos, condições técnicas ou outras características essenciais que foram apresentadas durante a fase inicial da licitação. Tal alteração invalida a proposta, pois a torna diferente daquela que foi originalmente aceita. Não pode ser considerada erro sanável pois alterar a marca muda toda composição de preços da proposta.

Isso não pode ser autorizado após a fase competitiva, ferindo a isonomia com os demais licitantes que cuidaram para apresentar uma proposta para administração.

A Lei 14.133/2021 estabelece que as propostas devem ser vinculadas estritamente aos termos do edital, e qualquer ambiguidade ou imprecisão pode comprometer a segurança do processo licitatório e prejudicar a isonomia entre os participantes.

Nesse norte, a jurisprudência é assente:

Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv: AI XXXXX32563289001 MG

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LIMINAR - LICITAÇÃO - PROPOSTA - HABILITAÇÃO - NÃO ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA - ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DA OFERTA INICIAL - MODIFICAÇÃO DO PRÓPRIO OBJETO DA LICITAÇÃO - VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES - INEXISTÊNCIA - DAR PROVIMENTO. 1. Em se tratando de Mandado de

“3. A alteração da proposta inicial não se alinha aos princípios que regem os procedimentos licitatórios, sobretudo os da impessoalidade, isonomia e do julgamento objetivo, que se prestam ao tratamento igualitário a todos os concorrentes, visando o interesse público.”

Neste viés, no esteio da determinação legal, o ato convocatório do procedimento licitatório em apreço estabeleceu a seguinte observância, analise-a:

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 25/09/2024 às 08:59 (oito horas e cinquenta e nove minutos).

4.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

5.12 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

Deste modo, contrariando o acima exposto, a comissão está autorizando uma alteração na proposta e não uma correção de um erro.

3.1 Vício Insanável por Não Ser Erro Meramente Formal/Material

Reforçar-se-á que o objetivo da verificação da proposta é sobre sua validade jurídica e é assegurar à Administração a ausência de problemas futuros que podem ser apresentados pela empresa, como pedido de reequilíbrio financeiro, inexecução ou baixa qualidade de produtos.

O erro identificado na proposta do licitante vencedor não é um erro formal ou material, que poderia ser corrigido, mas um vício substancial que afeta a essência da proposta e, consequentemente, a validade da licitação. Esse vício, por ser insanável, deve resultar na desclassificação do licitante.

Notabiliza-se, portanto, que os critérios de aceitabilidade de preços repousam no entendimento de que a proposta apresentada deve comportar critérios de coerência com os preços praticados no mercado. Isso porque a proposta apresentada tem que ser construída em alicerces sólidos de estudo de viabilidade econômico-financeira.

4.1 Violação ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Editalício

Ora, é incontestável o desatendimento ao instrumento convocatório pelo recorrido acima referendado, diante da possibilidade de alterar a proposta ainda na fase de habilitação, nos termos do item 5.12 do instrumento convocatório.

O licitante vencedor não cumpriu as condições estabelecidas no edital. A vinculação ao edital é um princípio fundamental que garante a isonomia entre os participantes, e qualquer desvio ou inobservância das regras editalícias pode configurar uma violação passível de recurso.

Nesta esteia, cabe enfatizar o princípio da vinculação ao edital, disciplinado no artigo 5º da Lei de Licitações nº 14.133/2021, que rege o procedimento licitatório, *in verbis*:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório, destaca-se a vinculação da Administração e dos administrados ao edital que regulamenta o certame. Assim, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório aduz, **uma vez estabelecidas as regras do certame, estas devem ser cumpridas em seus exatos termos.**

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Neste sentido ensinou Hely Lopes Meirelles: “A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.” (In Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39).

Por todo o exposto, concluir-se-á, o Edital é como "lei interna" da **licitação** e deve sobrepor-se aos interessados de forma a assegurar a lisura, transparência e isonomia no que diz respeito ao **cumprimento dos seus requisitos e exigências**, tudo direcionado ao interesse público; consubstanciado a isto tem-se que o Recorrido não atendeu as exigências editalícias quanto ao valor proposto, motivo pelo qual deve ter sua proposta desclassificada, sob pena de flexibilização indevida das normas do edital e quebra do princípio da isonomia.

De rigor, portanto, o que se busca através do presente Recurso é provocar a dought administração a reformar a decisão que os classificou, visto a fundamentação legal ora lançada, bem como a aplicabilidade dos Princípios que norteiam a seara da Administração Pública, em especial, igualdade e vinculação ao edital.

III. DOS PEDIDOS

Diante ao exposto, ante o descumprimento a requisito previamente estabelecido em edital, requer seja julgado provido o presente Recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a desclassificação da proposta acima descrita.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Angra dos Reis - Rio de Janeiro, 30 de setembro 2024.

VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA